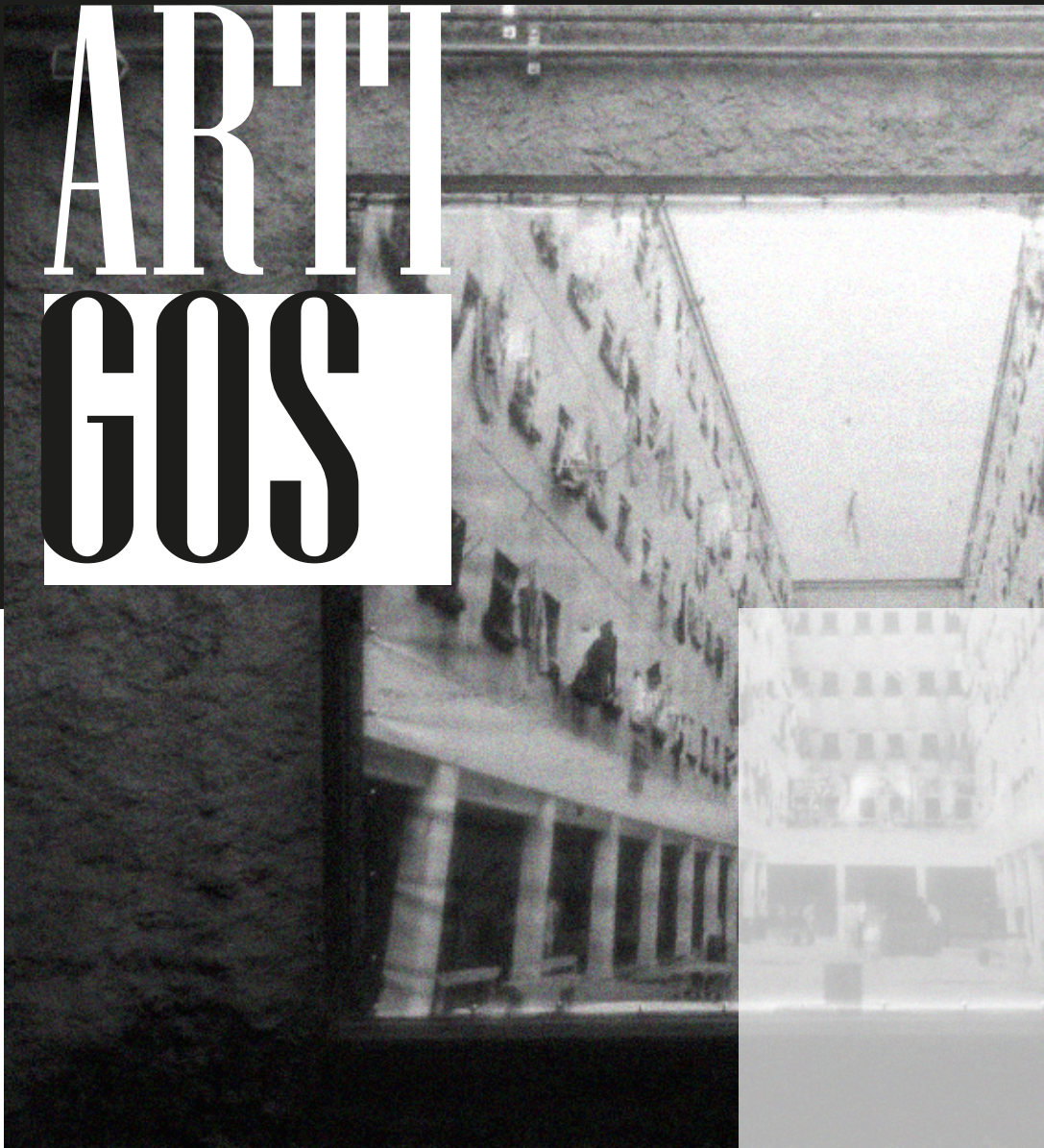


ARTI GOS



> <https://doi.org/10.20396/proa.v13i00.16588>



Museu da Secretaria de Administração Penitenciária: uma etnografia das suas exposições

Pietro Ferretti Rocco

> pietrofero@gmail.com

Universidade Estadual de Campinas

PROA

Revista de Antropologia e Arte





Museu da Secretaria de Administração Penitenciária: uma etnografia das suas exposições

Resumo: A criação do Museu Penitenciário Paulista no final da década de 1930 foi fortemente influenciada pelas correntes científicas do determinismo biológico existentes na época. Após o declínio dessas concepções que instigaram a criação do museu, ele caiu em ostracismo até ser reformulado e ganhar um novo espaço físico em 2014. Atualmente, suas funções não são mais as mesmas; todavia, parte do pensamento original permanece viva em suas exposições análogas a uma visão institucionalizada do órgão que o administra. O intuito deste artigo é investigar quais os discursos contidos no museu, como se articulam uns com os outros e com as pessoas que afirma representar. Com o auxílio de pesquisas que constituem uma genealogia do sistema penitenciário paulista e que se debruçam sobre os poderes que emanam desses meios, este estudo prioriza o reconhecimento das diversas fronteiras existentes no museu.

Palavras-chave: Museu; Museu Penitenciário Paulista; Sistema prisional; Carandiru.

Penitentiary Administration Secretary Museum: an ethnography of its exhibitions

Abstract: The creation of the Museu Penitenciário Paulista (Penitentiary Museum of São Paulo) in the late 1930s was greatly influenced by the biological deterministic theories of the period. After the decline of such theories that instigated its creation, the museum was ostracized until it was reformulated and moved into a new building in 2014. Presently, its functions are no longer what they had been, although part of the primary ideas still endure in its exhibitions consistent with an institutionalized view of the public body responsible for it. This article aims at investigating which are the discourses comprehended in the museum and how they articulate with each other and with the people who they claim to represent. With the support of researches that embody a genealogy of the penitentiary system in São Paulo and that study the power structures within such an environment, this inquiry focuses on the recognition of the Museum's diverse boundaries.

Keywords: Museum; Museu Penitenciário Paulista; Prison system; Carandiru.

Museo de la Secretaría de Administración Penitenciaria: una etnografía de sus exposiciones


Resumen: La creación del Museu Penitenciário Paulista a finales de la década de 1930 estuvo fuertemente influenciada por las corrientes científicas del determinismo biológico existentes en la época. Tras el declive de estas concepciones que instigaron la creación del museo, este cayó en el ostracismo hasta que fue reformulado y dotado de un nuevo espacio físico en 2014. Hoy, sus funciones ya no son las mismas; sin embargo, parte del pensamiento original pervive en sus exposiciones, que son análogas a una visión institucionalizada del organismo que lo gestiona. El objetivo de este artículo es investigar los discursos contenidos en el museo, cómo se articulan entre sí y con las personas a las que dice representar. Con la ayuda de una investigación que constituye una genealogía del sistema penitenciario de São Paulo y que se centra en los poderes que emanan de estos medios, este estudio prioriza el reconocimiento de las diversas fronteras que existen en el museo.

Palabras clave: Museu; Museo Penitenciario Paulista; Sistema Penitenciario; Carandiru.



> Museu da Secretaria de Administração Penitenciária: uma etnografia das suas exposições

Pietro Ferretti Rocco

 <https://orcid.org/0009-0002-7136-5448>

> pietrofero@gmail.com

Mestrando em Antropologia Social
Universidade Estadual de Campinas

1 Introdução

O objetivo deste artigo é analisar as exposições do Museu Penitenciário Paulista (MPP) na sua concepção atual. A pesquisa é resultado da minha Iniciação Científica orientada pela Professora Doutora Natália Corazza Padovani. Realizei a pesquisa no ano de 2019 e através de visitas ao museu, mantive diálogo com os funcionários e usei as páginas da internet do MPP.

A história do museu data da década de 1930 com o intuito de organizar os laudos médicos dos presos para gerar conhecimento sobre esses corpos. Através do Instituto de Biotipologia Criminal (IBC) o museu operou até 1979 após críticas e a introdução de novas maneiras para lidar com questões prisionais.

Em 2014, contudo, o museu foi reaberto ao lado do Parque da Juventude - marco simbólico para a história de São Paulo, pois foi palco do massacre do Carandiru, em 1992. Hoje em dia ele não tem as mesmas funções de antigamente. A partir de objetos recolhidos dentro das penitenciárias e de cronologias de pensadores e modelos de prisões, o museu diz que a sua intenção atual é humanizar o trabalho do servidor penal e levar conhecimento para a comunidade sobre a pena e o sistema carcerário.

Para entender o museu na atualidade, dividirei esse artigo em duas partes: história do MPP e as exposições do museu. A primeira parte trata da história do MPP desde 1939 até hoje. Em primeiro plano discutirei as ideias que sondavam a Europa e logo chegaram ao Brasil. Essas ideias eram as ciências do determinismo biológico as quais se arraigaram nos meios acadêmicos e jurídicos no Brasil e, no caso desta pesquisa, em São Paulo. Essa seção irá contextualizar as exposições que existem no museu, principalmente aquelas voltadas para o pensamento de Cesare Lombroso, biodeterministas e a própria visão do museu sobre eles. Em seguida, relatar como o museu foi formulado na década de 30 e quais eram as suas funções até a sua extinção em 1979. É descrito também o órgão o qual o museu era subordinado: O Instituto de Biotipologia Criminal. Também serão tratados os anos em que

o museu ficou abandonado, período no qual se estende até 2009. Neste momento há uma reconstrução do museu e a formação de sua atual estrutura e exposições.

Logo após, o artigo aborda as temáticas do museu, pretensão principal deste artigo. Nela haverá a discussão sobre a decisão de tratar as teorias de degenerescência de Lombroso de maneira positiva e inconclusa em grande parte das exposições do MPP. O tema é pertinente para o museu, pois há uma sala reservada apenas para ele e para os biodeterministas e é retomado no decorrer das suas exposições. No museu, não há relatos de pessoas que estão ou estavam privadas de liberdade. A instituição tenta reproduzir a cultura prisional através de artefatos confiscados dentro das penitenciárias, objetos confeccionados a partir do trabalho prisional e ao se tratar do massacre do Carandiru, traz uma visão amena do ocorrido. Mesmo ao dizer que pretende valorizar o trabalho do servidor penal, contribuindo para torná-lo orgulhoso da própria função, o mesmo não aparece em nenhum momento das exposições. Em inúmeros momentos são ressaltados os órgãos e os feitos realizados pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) sem considerar a constância e as subsequentes ocorridos que são vistos no presente. Em seguida, será abordado, em outra seção, uma discussão sobre os efeitos que as exposições do MPP são capazes de gerar, tanto para os privados de liberdade quanto para a SAP.

2 A história, concepções e os funcionários do MPP

A fundação do MPP data de 1939 e o motivo de sua criação tange temas que estiveram presentes antes e durante esse período. O principal processo que influenciou a origem do MPP é a ascensão de um poder que transformou a maioria das instituições dos países ocidentais. Segundo Michel Foucault (1999), autor que tem um vasto estudo sobre a história das prisões, impera na Europa, principalmente durante o século XIX, uma forma de governo preocupado com questões relativas à vida, ou seja, voltado à regulamentação do seu corpo social. Portanto, é preciso não apenas descrever e quantificar os aspectos da população – por exemplo, em termos de nascimento e de mortes, de fecundidade, de morbidade, de longevidade, de migração, de criminalidade etc. – mas também jogar com tais descrições e quantidades, combinando-as e comparando-as. Um dos produtos dessa nova forma de poder é a normatização dos processos biológicos, tornando alguns aceitos e outros indesejados. Essa forma de governar se enraíza nos Estados modernos, possibilitando o controle sobre a vida de uns e também daqueles que poderiam representar algum perigo à população.

O médico higienista e criminologista Cesare Lombroso é um dos nomes mais reconhecidos durante esse período e um dos que mais influenciou os médicos e os juristas brasileiros entre a virada do século XIX e XX – tanto que, como veremos mais adiante, este é uma figura estimada ao museu. Lombroso era de uma corrente científica que media,

pesava e comparava as características dos grupos humanos. Os primeiros a fazerem tais estudos se fundamentam na ideia da degeneração, pensamento o qual Lombroso não iria se desapegar. Este argumento se divide em duas vertentes. Um sustentava a unidade de todos os povos através da criação de Adão e Eva, por uma representação alegórica ou não da bíblia ao depender do autor ou da escola. Esta concepção foi chamada de monogenia. Para Stephen Gould, “as raças humanas são produtos da degeneração da perfeição do Paraíso. A degeneração atingiu diversos níveis, menor no caso dos brancos e maior no caso dos negros” (2014, p. 26). A outra ramificação era intitulada de poligenia era mais excludente e ainda mais nociva, pois afirmava que as “raças humanas” eram espécies distintas e separadas as quais descendiam de mais de um Adão. Assim, como as pessoas que não eram europeias constituíam outra forma de vida, não participavam da “igualdade do homem”.

O médico Raymundo Nina Rodrigues (1862–1906) foi um dos primeiros a desenvolver as ideias de Lombroso no Brasil. Os estudos sobre as relações sociais na virada do século XIX e XX era assunto recorrente no meio intelectual brasileiro. Havia um intuito de desqualificar a população negra para incentivar a imigração europeia como mão de obra substituta. Nina considerava os descendentes de escravos inferiores – “degenerados” – aos brancos, assim sendo, ele temia que a integração da população negra na sociedade civil pudesse alterar o *status quo* da parcela branca (CORRÊA, 2013).

Nina Rodrigues não se limitava apenas às características biológicas para legitimar a separação, denunciava o perigo da cultura negra “degenerar” as outras categorias sociais. Para isso interessava a ele uma análise estrutural da sociedade brasileira, o que resultou em sua batalha para a criação do instituto de medicina legal em Salvador e a tentativa de se expandir pelo país. A figura do perito é uma peça fundamental na medicina legal. Suas esferas de ação se encontram nas penitenciárias, hospitais de caridade, asilos dos alienados, entre outros. Sua função era datar e classificar as pessoas que se encontram nesse ambiente para traçar uma relação com formas de “loucura” ou a “criminalidade”. Porém, o perito não era uma figura especializada em assuntos de psiquiatria e patologias – era mais perto de um clínico geral – e refletia os estigmas físicos ou psíquicos em seus pacientes/acusados.

As análises psicológicas de Nina Rodrigues variavam o tom ao depender da classe social e tentava encaixar certas patologias psicológicas europeias nas religiões de matrizes africanas. As teses de Nina Rodrigues não conseguiram emplacar durante a sua vida devido a questões intelectuais da época. Algumas décadas mais tarde seus discípulos reviveram as suas ideias e foram se aperfeiçoando em suas falhas e adequando às novas tecnologias (CORRÊA, 2013). Muitos desses discípulos estavam presentes na administração da Penitenciária do Estado (PE) e na criação do Instituto de Biotipologia Criminal. Alguns de seus discípulos paulistas mais conhecidos são Afrânio Peixoto, Oscar Freire, Leonídio

Ribeiro e Flamínio Fávero. Outros influenciados em São Paulo foram os pioneiros em criar prisões que separassem os gêneros. Cândido Mendes e Lemos Britto formularam essa divisão com o pensamento de que as mulheres eram mais atávicas que o homem e justificavam a menor incidência de crime entre as mulheres, pois havia um retorno menor a um estágio evolucionário ancestral (ANDRADE, 2011; CORRÊA, 2013; SALLA, 2006).

Assim, o Instituto de Biotipologia Criminal (IBC) nasce dentro da Penitenciária do Estado oriundo das pretensões dos médicos psiquiatras Paulo Duarte e José de Moraes Mello. Ambos eram influenciados pelas ideias de Lombroso e de Nina Rodrigues e suas intenções primárias eram de criar o Instituto de Criminologia para estreitar os laços entre as pesquisas acadêmicas com os corpos privados de liberdade. Contudo, como reivindicavam uma maior autonomia e relevância dos acadêmicos dentro da prisão, seus planos fracassaram devido à ditadura de Getúlio Vargas que implicava em poderes mais centralizados. Mesmo assim suas ideias persistiram e se moldaram nas circunstâncias disponíveis. Além do IBC e o museu, de maneira direta ou indireta, eles criaram muitas outras instituições como: em 1939, a Colônia de Taubaté; em 1941, o Presídio de Mulheres; e, em 1943, o Departamento de Institutos Penais Do Estado (DIPE) que serviria de órgão centralizador (SALLA, 2006).

Em 1939 o IBC é fundado, mas se chamava Serviço de Biotipologia Criminal e em dois anos iria adquirir a designação de instituto. O primeiro diretor do IBC foi Flamínio Fávero¹, figura emblemática no campo da criminologia e medicina (ALVAREZ et al., 2012). O IBC seria “uma clínica criminológica destinada aos estudos das questões de heredologia, somatologia, endocrinologia, psicologia, patologia, terapêutica, seleção profissional, prognóstico e estatística criminal” (SÃO PAULO, 1939). Possuía as seguintes funções: a) estudar a personalidade do criminoso no seu aspecto biopsíquico e social, procurando classificá-lo; b) confeccionar uma ficha e um prontuário de cada penitenciário; c) indicar, para cada caso, as normas da individualização da pena, enquadradas no regime penitenciário vigente; d) informar ao Conselho Penitenciário sobre todos os pedidos de liberdade condicional, comutação e indulto; e) elaborar uma observação especial de todos os reclusos que apresentem distúrbios mentais não transitórios, a fim de que sejam encaminhados ao Manicômio Judiciário; f) exercer uma função vigilante e reguladora quanto aos preceitos de higiene mental de toda a população penitenciária; g) organizar um museu penitenciário e uma biblioteca de criminologia e ciências afins; h) redigir e fazer publicar uma revista com trabalhos científicos produzidos pelo Serviço, procurando interessar no assunto todas as corporações congêneres e homens de estudo (SÃO PAULO, 1939).

¹ Discípulo de Nina Rodrigues, Favero é um grande disseminador das crenças de Lombroso no Brasil. Figura importante nessa área, tanto que a Casa de Detenção, a qual foi palco do massacre do Carandiru, em 1992, chamava-se Casa de Detenção Prof. Flamínio Fávero.

O IBC sofreu algumas alterações ao decorrer de sua existência. Em 1941, além de virar instituto, ampliou a sua composição, mas suas funções permanecem (SÃO PAULO, 1941). Contudo, em 1963 o IBC seria reformulado (SÃO PAULO, 1963). Anteriormente a esse período as prisões do Estado de São Paulo já estavam superlotadas e junto com as práticas de maus tratos feitas por funcionários das penitenciárias masculinas acarretará inúmeras rebeliões e fugas em massa da Penitenciária do Estado. Isso gerou, novamente, novos paradigmas para as instituições prisionais (SALLA, 2015). Em 1956, é construída a Casa de Detenção no mesmo quarteirão da PE, a qual não comportava mais o contingente da população carcerária. Em 1963 o DIPE iria incorporar, em sua estrutura administrativa, o IBC e não teria que responder mais diretamente à PE. Mesmo após a sua nova formulação, a manutenção do museu ainda se manteve ao IBC.

O IBC seria extinto em 1979 por via do decreto estadual nº 13. 412 após vários debates sobre a humanização das prisões e pressões externas, principalmente vindas da ONU, que compuseram um conjunto de determinações no sentido de conduzir a política penitenciária nacional a patamares de maior racionalidade, planejamento e humanização² (TEIXEIRA, 2006). O museu, assim, ficou no esquecimento, sendo, inclusive, fechado na década de 80, quando seu acervo foi distribuído para alguns órgãos governamentais como objetos de decoração. Na década de 90 foi criado a SAP e junto a ela o MPP foi reorganizado. Nesse período, entretanto, o museu não teve apoio e recursos necessários. Seu acervo não obtinha estrutura de organização suficiente, no contexto, ficando em risco de ser deteriorado e perdido.

Em 2009, Lourival Gomes, na época secretário da SAP, autorizou a criação do Grupo de Trabalho para promover estudos com o viés de fazer uma sede para o museu na Cidade de São Paulo. Sidney Soares de Oliveira é o atual diretor do MPP e foi quem encabeçou a recriação do museu em 2009. Oliveira é formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) e trabalhou durante 10 anos na comunidade indígena Aldeia Kukrutu antes de entrar na SAP em 2008. Foi o responsável por organizar as exposições do museu e criar O Penitenciariista, blog em formato de um pequeno jornal para divulgação de informações, notícias e entrevistas do MPP. O museu foi reinaugurado em 28 de julho de 2014 e encontra-se na Avenida Zachi Narchi ao lado de umas saídas do Parque da Juventude e ao entorno de um dos maiores complexos prisionais do estado. O novo edifício apresenta uma infraestrutura nova e moderna.

2 Especialmente através das Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos, de 1955. Apenas durante a transição democrática, a ideia de que os presos seriam também portadores de direitos humanos começa a se fazer presente na legislação. Há também as pressões da Escola de Chicago que refutam os princípios da Escola Positivista a qual via o crime por causas sociais e não mais biodeterministas. Para um debate mais aprofundado sobre o tema, recomendo a leitura de Teixeira (2006).

Até o ano de 2002, havia no quarteirão um dos maiores complexos prisionais do Brasil: Casa de Detenção Prof. Flaminio Fávero ou comumente conhecido de Complexo do Carandiru. Em 1992 o quarteirão foi palco de um dos maiores massacres no país, e resultou na morte de 111 detentos. O ocorrido gerou marcas na população paulistana e serviu de inspiração para livros, produções cinematográficas, músicas e outros. Dos nove pavilhões da Casa de Detenção do Carandiru, cinco foram implodidos, dois são ainda pavilhões da Penitenciária Feminina da Capital e outros dois são a Escola Técnica do Carandiru. Como explicita Padovani (2018), o Complexo do Carandiru³ não foi implodido. Antes, o nome da estação de metrô da zona norte da cidade de São Paulo continua sendo um dos principais endereços físicos e afetivos das políticas de encarceramento paulista. O local ainda é um dos pontos de encontro de muitas pessoas, as quais vão para o interior visitar seus parentes em penitenciárias masculinas como também há movimentos sociais ativos que auxiliam as pessoas privadas de liberdade que ainda são encarceradas na região⁴ (Ibid.). Ao redor do museu, são mantidas, também, outros complexos e unidades prisionais - como a Penitenciária Feminina da Capital; a Penitenciária Feminina de Sant'Ana (antiga Penitenciária do Estado); o Presídio da Polícia Civil, bem como a sede da SAP, entre outros órgãos administrativos que envolvem as instâncias de segurança pública do Estado de São Paulo. Portanto, o museu não deixa de reproduzir ou influenciar (ou ser influenciado por) vivências e políticas que orbitam o sistema prisional.



Figura 1 – Implantação do Quarteirão do Carandiru. Fonte: compilação do autor.

3 O termo “Complexo do Carandiru”, popularmente, é um sinônimo da Casa de Detenção Flaminio Fávero. Usarei, portanto, quando me referir a Casa de Detenção, também o “Complexo do Carandiru”.

4 Um exemplo é o coletivo Por Nós, liderado por mulheres egressas do cárcere que oferecem auxílio jurídico e psicológico às sobreviventes que estão presas na Penitenciária Feminina de Sant'Ana e na Penitenciária Feminina da Capital.

3 As exposições do Museu Penitenciário Paulista

Nesse momento apresentarei as estruturas e as exposições do museu de acordo com o traçado feito pelo MPP. Segundo o próprio museu, ele é dividido em catorze temas e um auditório, sendo nove delas com as suas exposições na área externa (1, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 sendo, respectivamente, filósofos da pena, história e evolução da execução penal, Penitenciária do Estado (Carandiru), faça a sua selfie, Casa de Detenção II, celas escuras, modelos de aprisionamento e arquitetura prisional, unidades históricas e escombros do complexo do Carandiru) e cinco na área interna (3, 4, 5 e 7 que nessa ordem são tatuagens, máquina de tatuar e vídeo; biotipologia criminal; quadros e objetos e exposição temporária intitulada de “o trabalho”). Podemos ver melhor nesse flyer que é distribuído no museu:

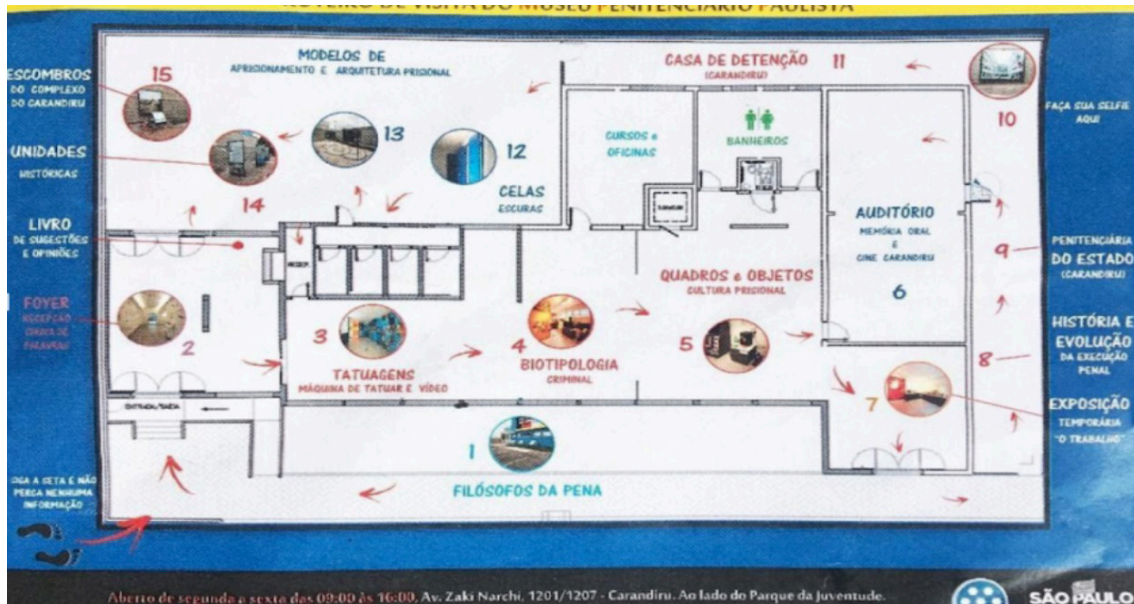


Figura 2 - Roteiro da visita do Museu Penitenciário Paulista. Fonte: Museu Penitenciário Paulista, 2019.

O MPP está instalado em um prédio novo com uma árvore grande no pátio do estacionamento. Em um pequeno jardim antes da entrada há a primeira temática: “Filósofos da Pena” traz três painéis informativos onde mostram, de uma forma histórica linear, a evolução do Crime e da Pena. O MPP divide a história e evolução do castigo e da “cultura prisional” em escolas: a Escola Clássica (Beccaria, séc. XVIII), Escola Positiva (Lombroso, séc. XIX) e a Escola Sociológica (final do séc. XIX). O primeiro painel fala especificamente de Cesare Beccaria o qual tornou-se reconhecido por contestar a triste condição em que se encontrava a esfera punitiva do Direito da Europa dos déspotas. Beccaria, em sua obra “Dos Delitos e as Penas”, lutou contra a tortura e o testemunho secreto. Foi um influenciador da reforma do Direito Penal, a fim de que fosse promovida uma maior humanização da pena. Frequentemente, segundo o próprio museu, Beccaria é reconhecido como o fundador da Criminologia.

No segundo painel, são apresentados John Howard e Jeremy Bentham. Sobre Howard é dito que foi um homem preocupado com as questões do direito e a pena e por isso estudou Beccaria e outros pensadores do iluminismo. Com isso, se sentiu obrigado a visitar prisões ao decorrer de sua vida para lutar pela melhoria dos cárceres, propondo um tratamento mais digno aos presos, sugerindo maneiras de melhorar o estado sanitário das prisões e saúde dos prisioneiros, além de incentivar a prática do trabalho e a assistência religiosa. Já Bentham é o filósofo que via na arquitetura a principal e mais apurada técnica de punição e recuperação. Junto a Bentham, fala-se do panóptico⁵ o qual é tratado como uma ferramenta que foi utilizada para “tentar transformar infratores em cidadãos virtuosos” e que teve êxito em garantir a vigilância e as condições de higiene “ideais”.

O último painel se debruça sobre a antropologia criminal, a escola positivista e a escola sociológica. Tem Cesare Lombroso como o fundador da antropologia criminal, dado que ele buscou as causas do comportamento criminoso na própria raça, daí o conceito “criminoso nato”. Nesse momento é dito que a antropologia criminal estudou tanto as causas da delinquência como as marcas primitivas que permanecem no corpo do indivíduo ou em seu caráter. Por essa concepção, os indivíduos criminosos são essencialmente diferentes dos demais, pertencem a outra categoria de pessoas e devem ser mantidos separados, segregados, tratando-se de pessoas perigosas que oferecem risco à sociedade. Também é apresentada a distinção da escola lombrosiana e a de Enrico Ferri e Raffaele Garofalo, por uma acentuar a relevância etnológica e a outra social, respectivamente, para explicarem o delito. Os dois últimos parágrafos são destinados ao nome genérico de teorias sociológicas. No penúltimo parágrafo é dito, de maneira repentina, que a “escola sociológica” se contrapõe às anteriores, pois tinham o objetivo de focar o fenômeno do crime a partir de uma definição sociológica, não deixando a definição de criminoso a serviço apenas do Direito Penal e de âmbitos biológicos. No último parágrafo há apenas alguns nomes dos pesquisadores desta escola. Em todos os painéis há, no lado direito, as descrições básicas dessas figuras, como data e local de nascimento, foto, formação e um breve resumo das suas ideias, com exceção da escola sociológica que são citados, apenas, os nomes de seus integrantes, nesses dois últimos parágrafos.

5 O projeto do panóptico consiste em uma torre central onde é possível observar todas as celas em forma de anel ao redor dela. Cada cela possui uma janela que permite a visão para a torre, enquanto as pessoas da torre permanecem invisíveis. Assim, aqueles que estão em suas celas nunca sabem quando estão sendo observados, mas sempre tem a possibilidade de serem visitados a qualquer momento. Michel Foucault (2014) foi um dos principais autores a se debruçar sobre os efeitos do panóptico. Segundo o autor, Ele descreve como sendo uma estrutura de vigilância em que o poder é exercido de maneira eficiente e invisível. Contudo, os seus efeitos não são limitados apenas em instituições penais, mas se estende a outras instituições. O poder do panóptico está na internalização da vigilância e na auto regulamentação dos indivíduos. Para Foucault o panóptico é uma metáfora para o poder disciplinar moderno. O panóptico representa o controle exercido pelo poder sobre a mente e o corpo das pessoas, moldando as suas ações e comportamentos de acordo com as normas estabelecidas.

Ao entrar no museu, há uma sala branca com inúmeras palavras escritas em preto na parede. São palavras que orbitam a vida do preso e os processos penais como: pena, liberdade, cárcere, camburão, arma, lei etc. No mesmo espaço há a recepção, um móvel com alguns *flyers* e um cubo de acrílico para colocar sugestões do público.

A seção ao lado é sobre as tatuagens (3) e passa o documentário “Uma História da Tatuagem no Brasil” de Silvana Jeha em um projetor e toca o *sample* da música “O Diário de um Detento” do grupo paulista de rap Racionais Mc’s ao fundo. Há instrumentos de tatuagens que foram confiscados em penitenciárias e a descrição de como é feita a tatuagem em um ambiente com falta de recursos e improvisado. Também há inúmeras fotos estampadas na parede de tatuagens feitas pelos privados de liberdade⁶. O primeiro texto em que o visitante é conduzido alega que a prática de fazer tatuagem existe há muito tempo, como uma múmia de 5300 anos que foi descoberta em 1991 com indícios de tatuagens e no antigo Egito, onde essa prática era relacionada a rituais de fertilidade. Entretanto, as tatuagens dos sobreviventes do cárcere, para o museu, possuem outras funções. Logo à frente há a frase: tatuagem carcerária é feita para marcar e não embelezar. Em seguida explica a importância das tatuagens para os métodos que foram utilizados por Lombroso: no final do século XIX o psicólogo e cientista Cesare Lombroso, em suas pesquisas nos presídios, deu atenção às tatuagens e formulou teorias a partir delas, considerando-as, então, como um aspecto da anatomia do delinquente.

A escola positivista possui um espaço voltado apenas para ela (4). As ideias de Lombroso são retomadas, destrinchadas e atualizadas. A repartição tem como título “A medição dos corpos, de Lombroso aos biotipologistas”. Há algumas fichas criminais de alguns criminosos famosos, como o Bandido da Luz Vermelha; instrumentos de medição, como uma mesa e uma câmera fotográfica antiga e imagens de cabeças adesivadas na parede. Relata que essas ideias foram usadas no começo do século passado e que demandavam a mensuração dos corpos para traçar uma relação das características morfológicas com o crime. Como é possível observar no trecho a seguir, o museu expõe alguns conceitos utilizados pela escola positivista e contextualiza os elementos que embasaram essas teorias.

O termo biotipologia foi criado na década de 1920 pelo cientista italiano Nicola Pende para designar os sinais mais visíveis dos indivíduos portadores de um “biotipo criminoso” fundamentando-se nos seguintes elementos: constituição, caráter e temperamento. Esse termo, porém, acabou ganhando um significado mais amplo e passou a nomear o estudo da individualidade humana nos seus caracteres físicos, ou seja: anatômicos e funcionais.

⁶ Todas essas fotos fazem parte do acervo do museu. São fotografias em negativo em vidro que foram colhidas entre os anos de 1920 e 1940 pelo Serviço de Criminologia e Medicina e o IBC.

Os textos que estão presentes nesse segmento dizem, em suma, que Lombroso, biotipologia e a teoria da degenerescência estão ultrapassadas, pois, as tecnologias de hoje conseguem identificar melhor uma característica inata do “delinquente”. Ou seja, a técnica não é mais utilizada, todavia, suas idéias sim. Podemos identificar esse pensamento nesse trecho do museu:

Nas duas primeiras décadas do século XIX craniologia, então já denominada “frenologia” e das teorias de métodos de mensuração da antropometria contribuíram para o surgimento de novos estudos que propunham a relação entre as características morfológicas, físicas e psíquicas de cada ser humano, levando em conta suas variações, no surgimento das doenças. As causas endógenas, aquelas que fazem parte do indivíduo - ou genéticas. Hoje se diria: questão de DNA! Assim surgiu a Biotipologia criminal, estudo dos determinantes endógenos e exógenos envolvidos no crime.

O catálogo da exposição distribuído no museu, na página referente ao serviço de biotipologia, diz que a antropologia criminal foi uma “corrente científica”. Ele cita o médico eugenista Nina Rodrigues como o criador da escola de antropologia criminal no Brasil. Por fim, relata a criação do Serviço de Biotipologia Criminal da Penitenciária do Estado.

Lombroso aparece em outros espaços ressaltando as características que considerava parte do delinquente. Como dito anteriormente, o museu foi criado devido às exigências da biotipologia. É plausível que em suas exposições tenha esse conteúdo devido à ligação histórica dele com o museu. A maneira como a escola positivista é tratada, todavia, é de enaltecer os seus feitos e também de fundamentar as suas teorias através de campos de estudos atuais. A Escola de Chicago apresentou duras críticas sobre Lombroso, mas ela é citada apenas uma vez, com pouco desenvolvimento. Há outras linhas de pensamento que se debruçam em destacar as consequências das escolas positivistas, mas, nas exposições do museu, elas não existem.

A Escola de Chicago é apenas citada, mas foi a pioneira em deslocar a questão do crime de uma visão biológica para questões de desigualdade social. Através de técnicas de observação participante, a escola conseguiu compreender que o crescimento acelerado dos grandes centros urbanos contribuiu para dificultar a vida da população, principalmente para os imigrantes e descendentes de escravizados (FREITAS, 2002). Paralelo a isso, a Escola de Chicago acredita que durante esse processo há uma do eixo do controle social. A igreja e família cedem espaço para o controle público e assim emergindo a repressão policial. Esse processo de urbanização gerou o crescimento da criminalidade sendo combatida pela polícia, cujo resultado apontou altos índices de encarceramento (FREITAS, 2002). Contudo, a Escola de Chicago é apenas citada pelos seus participantes e seus princípios são ocultados nas exposições do MPP.

Após a sala destinada a Lombroso e os Biotipologistas as próximas instalações se encontram em um cômodo grande dividido por uma parede (5). O tema central que une ambos os lados é a cultura prisional representada por uma gama de objetos. Em um lado há inúmeros quadros com características do realismo, romantismo e outros expressionistas. Para o museu, os quadros são elementos significativos da expressão cultural do cárcere: nas artes plásticas estão obras de cunho acadêmico, que contam histórias ou reproduzem a beleza, revelando talentos. Tais quadros fazem parte do acervo do museu e foram produzidos por programas de ressocialização dos privados de liberdade através da arte. Na mesma divisão dos quadros, de frente para eles, há objetos e figuras de religiões que, segundo o museu, são praticadas nas penitenciárias. As religiões apresentadas são: o catolicismo representado por uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, um rosário grande de madeira e um menino Jesus feito de gesso; o protestantismo retratado por um bíblia e fotos adesivadas na parede de cultos feitos com os privados de liberdade e o espiritismo representado por um quadro contendo apenas as mãos de Deus e Adão do famoso afresco “A Criação do Homem” de Michelangelo, uma estátua de um Erê e de Iemanjá⁷. Há também uma parede maior ao lado reservada apenas para a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), mais especificamente a Universal nos Presídios. Ao contrário das demais crenças, essa contém mais investimentos e objetos. Na parede há uma impressão de uma foto do pastor Edir Macedo de quando foi preso por charlatanismo em 1992 com dois parágrafos dizendo os feitos da IURD dentro dos presídios e como tais atos são responsáveis pela mudança de vida dos sentenciados. Dentro de uma caixa de vidro há 10 livros da IURD, um uniforme da mesma instituição, bíblias, um jornal e um livro grande de fotografias aberto em uma outra foto de Edir Macedo preso.

Em contraposição, no outro lado do cômodo há objetos que são feitos de modo considerado “ilegal” nas penitenciárias. O primeiro objeto é um gaveteiro que contém armas feitas na prisão. Elas são classificadas na seguinte forma: espadas ninja, espadas, facas e imitação de armas de fogo. Ainda contém itens considerados como a cultura material, ou seja, objetos cunhados na rudeza dos muros prisionais e mesmo objetos de contravenção. Esses itens são pesos feitos de garrafas PET, um micro-ondas improvisado com lâmpada e papel alumínio, uniforme dos detentos, cartas, cigarros, tabuleiro de xadrez, cachimbo, uma balança improvisada e todo os equipamentos que são usados para fazer a “Maria Louca” - bebida alcoólica feita com restos de alimentos, acondicionadas em latas fechadas guardadas em locais estratégicos, longe do olhar da vizinhança. Apenas esse último utensílio é descrito, enquanto os demais não.

⁷ Os objetos da parte do espiritismo foram feitos pelos sentenciados.





Figuras 3, 4, 5 e 6⁸. Fonte: Compilação do autor, 2019.

8 De cima para baixo: quadros confeccionados pelos sentenciados, gaveteiro com as armas confiscadas, parede reservada para a IURD e a Maria Louca.

A frase “Instituto de Regeneração – aqui, a bondade, a disciplina e o trabalho resgatam a falta cometida e reconduzem o homem à comunhão social” de Herculano de Freitas⁹ foi estampada na entrada da PE nos primeiros anos de sua existência. Essa frase ressaltava o caráter socializador e afastava o caráter repressivo que a penitenciária podia ter. Durante muitos anos a PE foi um marco turístico na cidade de São Paulo, o que consequentemente, atraía inúmeras pessoas para visitá-la. Todavia, todo esse esplendor que ela refletia por fora impedia que conseguissem visualizar o que acontecia dentro dela. Fernando Salla (2006) aponta que havia inúmeros tipos de tortura e de castigo e o mais interessante o silêncio. Quando as pessoas visitavam a penitenciária as pessoas privadas de liberdade eram disciplinadas a ficarem quietas enquanto trabalhavam ressaltando, assim, a têmpera ressocializadora da prisão (SALLA, 2006). No final da bifurcação a frase de Herculano se encontra logo no começo da exposição sobre o trabalho (7). A apresentação faz uma evolução histórica do trabalho prisional. Sem mencionar qual a remuneração e as condições que as pessoas trabalharam ou trabalham, a cronologia começa desde 1920 até os dias de hoje. Apresenta também vários órgãos institucionais que se extinguíram ou que estão ainda ligados à SAP. Por fim, há alguns objetos confeccionados na Penitenciária de Pinheiros. Assim, como antigamente, o trabalho na prisão mascara outras realidades que ocorrem no universo penitenciário. Ademais, a seção do trabalho é sucessora de objetos que foram feitos apenas pelas pessoas em situação de cárcere como as facas, maria loca e outros dando a impressão da periculosidade de certos afazeres em frente à objetos inofensivos feitos pelo trabalho prisional orientado por uma instituição. Pode-se dizer, portanto, que há duas culturas prisionais, segundo o museu, sendo uma perigosa e a outra que é necessária para controlar a outra violenta. O MPP também não possui nenhum relato sobre alguém que esteja em situação de cárcere ou de movimentos sociais que se relacionem e restringe essa cultura como sendo limitada ao espaço prisional. A cultura prisional nesse museu é exposta no meio dessas duas forças e através de uma visão institucionalizada.

A exposição seguinte é na área externa e trata sobre o panorama histórico da Penitenciária do Estado (9). Neste corredor, as exposições são destinadas a mostrar a relevância deste complexo durante os anos seguintes à sua inauguração. Os painéis são intitulados de “A Pedra Fundamental da Penitenciária do Estado”, “Estabelecimento Modelar”, “Ideias de Socialização”, “Padrão de Excelência” e “Penitenciaristas Paulistas – servidores em destaque”. Os textos reforçam os aspectos arquitetônicos do complexo como o tamanho das celas, quantidade de pavilhões e as casas dos funcionários. Mais uma vez o trabalho realizado dentro da PE é retomado como sinônimo de ressocialização. Todas essas telas trazem fotos do acervo do museu que, na sua maioria, mostram pessoas tra-

9 Foi um advogado e político sendo o terceiro governador do Estado do Paraná após a proclamação da república.

balhando nos pátios ou nos ateliês da PE. Nesse espaço há o painel intitulado “Penitenciaristas paulistas – servidores em destaque” que apresenta alguns homens – Franklin de Toledo¹⁰, Accácio Nogueira¹¹ e Flaminio Fávero – das altas hierarquias das instituições penais como diretores e chefes de seção. Esse é um exemplo que se aplica em todo o museu. As referências dos servidores são todas de homens brancos que assumiram os altos cargos das instituições prisionais, ou seja, são esses servidores que o museu pretende valorizar. O segmento também não relata que a antiga PE é a atual Penitenciária Feminina de Sant’Anna e não mostra nenhuma foto das condições atuais da edificação.

Há um grande painel com uma foto da Casa de Detenção para os visitantes tirarem selfies (10) e uma linha do tempo do Complexo do Carandiru (11) que separa as exposições da PE e da Casa de Detenção. A exposição do Complexo do Carandiru cita, na cronologia, apenas uma vez e de forma sucinta o massacre que ocorreu em 1992. A frase que corresponde ao ocorrido é: 1992: “motim” no pavilhão 9, com imensa repercussão nacional e internacional. É um corredor amplo com sete painéis e, como na PE, a maioria deles trata sobre a sua fundação e características arquitetônicas. Os textos trazem informações de como cada pavilhão correspondia a certos tipos de sentenciados, cada pavilhão com a sua história. Por exemplo, o museu diz que o pavilhão 5 era considerado o mais humilde, pois lá ficavam os sentenciados jurados de morte, os quais eram olhados com desdém diante os habitantes dos outros pavilhões; já o pavilhão 8 viviam os presos mais antigos e reincidentes e por esse motivo ditavam as regras dentro do complexo. Esses murais trazem fotos panorâmicas da edificação e de alguns grafites nas paredes da Casa de Detenção. O penúltimo texto relata a vida dos nos pavilhões e mostra, por fotos, alguns shows que ocorreram no estabelecimento como Rita Cadillac, Raul Gil, Alcione e Sergio Reis. O final desta temática discorre sobre a desativação da Casa de Detenção. O cartaz diz como foi a transferência dos sentenciados e o processo de imploração do prédio. O número 111 e os responsáveis pelo ocorrido em 1992 não são citados¹².

10 Primeiro diretor da PE.

11 Segundo diretor da PE

12 Cento e onze pessoas morreram no massacre do Carandiru em 1992 sendo todos privados de liberdade.



Figura 7 – painel para os visitantes tirarem *selfie*. Fonte: Compilação do autor, 2019.

Ao fim do corredor o visitante é levado para um pátio com uma gama de banners e uma sala com portas grossas de metais que representa a sala escura¹³ (12). Logo no começo há uma parede com textos somente sobre a SAP. Os escritos dizem a respeito da original maneira da SAP de tratar as pessoas privadas de liberdade. Após o massacre foi criada a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), que assumiu essa responsabilidade – das unidades prisionais. Primeira no Brasil a tratar exclusivamente de assuntos penitenciários, sua missão é aplicar a Lei de Execução Penal, de acordo com a sentença judicial visando a ressocialização dos sentenciados. Como exemplos de excelências adotadas pela SAP o museu mostra alguns tipos de estabelecimentos penais que foram adotadas após a sua criação sendo eles o centro de ressocialização, ala de progressão penitenciária, centro de readaptação penitenciária e o regime disciplinar diferenciado. Em todos eles há uma descrição das suas características e impactos. Existe também um painel voltado para as inovações tecnológicas que a SAP adota. As ferramentas são as teleconferências, as quais permitem o julgamento do sentenciado no próprio estabelecimento; detectores de metais de última geração com o objetivo de identificar objetos proibidos

¹³ Local onde os sentenciados com maus comportamentos iam. Esse ambiente é totalmente escuro e não é usado mais nas penitenciárias brasileiras. O intuito do museu é mostrar aos visitantes como os privados de liberdade viviam nessas celas.

antes de adentrarem os presídios e a tornozeleira eletrônica a qual são destrinchadas as suas tecnologias e modelos nesse banner.

Nesse pátio existem alguns apoios de metais que suspendem os painéis. Uma parte deles diz respeito ao histórico da arquitetura das prisões e seus inventores. Nessa parte as informações são redundantes, pois retomam alguns assuntos que foram tratados anteriormente como os shows que ocorreram na Casa de Detenção e algumas outras tecnologias adotadas pela SAP. Contudo, vale uma ressalva para um painel que é o único que fala sobre as instituições femininas. Novamente há uma cronologia em sua organização, pois começa com a história do Presídio de Mulheres e repete a temática do trabalho exaltando que, após ter uma sede fixa, já havia oficinas de costura, lavanderia e engomagem de roupas – tarefas destinadas à penitenciária e outras empresas. O museu diz que esse presídio foi construído com as influências de Cândido Mendes e Lemos Brito os quais se preocupavam com a promiscuidade no cárcere, não apenas pelo fato de ambos os sexos dividirem o mesmo espaço, mas de estarem juntas mulheres de elite e prostitutas. A Penitenciária Feminina da Capital é a segunda a ser descrita. Sobre ela é dito sobre a sua construção a qual acarretou na transferência da antiga penitenciária para a nova e demandou maiores quadros de funcionários e na ampliação de vagas. Por fim, ele fala brevemente sobre a Penitenciária Feminina de Sant'Anna, a qual foi esvaziada de seu contingente masculino em 2004 e, após reformas, transformou as suas edificações em unidade feminina. Após a apresentação dos estabelecimentos penais femininos há um parágrafo em que diz: mais recentemente, a SAP elaborou projetos de penitenciárias que atendam as necessidades femininas e em seguida lista inúmeras atividades e estruturas que existem nos estabelecimentos femininos.

O final do museu são os “Escombros do Complexo do Carandiru” (15). Nele há blocos de concretos destruídos e um painel que mostra algumas informações como a quantidade de pólvora que foi necessária para a implosão da Casa de Detenção, as estruturas remanescentes e que o MPP tem o intuito de manter a memória do ocorrido. É nesse painel que se encontra a frase: com este fato- o massacre - o sistema penitenciário se propôs a iniciar uma nova fase, utilizando unidades menores, construídas no interior do estado de São Paulo, onde se almeja mais segurança e presos trabalhando. O final consegue sintetizar todas as intenções, movimentos e pensamentos que existem no museu.



Figura 8 – O painel que finaliza as exposições do MPP. Fonte: Compilação do autor, 2019.

4 Exposições Penitenciárias com traços coloniais

Ao me debruçar nas minhas anotações de campo, um termo ficou presente em minha mente: zonas de contato. Conceito elaborado por Mary Louise Pratt, pode ser definido como um “sinônimo de fronteira colonial”. “É uma tentativa de se invocar uma presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias agora se cruzam” (PRATT, 1999, p. 32). James Clifford (2016) usa o termo em contextos de museu ao afirmar que essas instituições são zonas de contato inescapáveis. Museus são os destinos históricos das produções culturais onde são cuidadosamente interpretadas, assim sendo, uma relação dicotômica nasce nas organizações de museus: assume um centro como ponto de discussão e uma periferia como a área a ser descoberta. Tendo isso em vista, o curador ou a instituição que financia o museu pode estabelecer relações desiguais com o objeto que vai ser exposto. Isso pode acarretar na demonstração de uma cultura através de um olhar que pode carregar relações de poder, caso não tenha interferência de um representante da cultura a ser exposta. “Quando os museus são vistos como zona de contato, sua estrutura organizacional enquanto coleção se torna uma relação atual, política e moral concreta” (CLIFFORD, 2016, p. 6).

O autor traz, em seu manuscrito, um exemplo que consegue ilustrar alguns pontos em que o MPP acaba por estabelecer relações de poder desiguais. O Museu de Arte de Portland em Oregon em 1989 iria fazer uma nova instalação sobre a Coleção Rasmussen.

Essa coleção consistia no conjunto de arte indígena organizada por um entalhador norte americano no começo do século XX que foi adquirida pelo museu após a sua morte. O diretor do museu decidiu convidar um grupo representativo de autoridades tlingit, velhos líderes de clãs importantes, para participar da discussão no dia da reinauguração. A coleção tinha relação com o mesmo território dos tlingit. A intenção da curadoria era que os tlingit comentassem sobre os objetos da coleção e seus significados para eles. Todavia, o resultado foi que os líderes do clã começaram a fazer cerimônias e contar histórias e o foco de discutir os objetos foi esquecido. As danças realizadas por eles, em certo modo, tinham relações com os objetos. Entretanto, o que ninguém esperava é que o significado das peças evocava a força para as lutas e batalhas com as empresas que proibiram, no mesmo momento da reinauguração, os tlingit de pescar e exercer as suas atividades. Eram objetos contemporâneos a eles e com muitos significados. Portanto, Clifford considera a utilização da “reciprocidade” para que haja um parâmetro de acordos justos. Assim, as relações de poder que existem nesses espaços podem ser localizadas e amenizadas.

No caso do MPP, nenhuma pessoa privada de liberdade foi consultada para a construção de suas exposições. Portanto, há uma divisão em seu conteúdo: de um lado o órgão que supervisiona o museu o qual tem o poder de representar, a partir de sua ótica, aqueles que estão sendo o objeto da exposição, ou seja, os sobreviventes do cárcere. Segundo o trabalho de Christiano Tambascia sobre o colecionismo de Curt Nimuendajú, é possível dizer que o MPP também se torna, “na verdade, menos do que reproduções do real em que os objetos se originam, mas uma representação das concepções das pessoas que os mantêm funcionando enquanto instituições” (TAMBASCIA, 2013, p. 112). Mesmo se houvesse a participação de pessoas privadas de liberdade, o museu também seria uma representação das concepções das pessoas que o fizeram - pois, iria trazer novas visões - contudo, com relações de poder mais equilibradas. Todavia, no MPP, há a intenção de apaziguar ou invisibilizar a vivência hodierna da população em situação de cárcere.

Há inúmeros trabalhos artísticos os quais ilustram outra realidade da vivência prisional e outros trabalhos acadêmicos capazes de um efeito semelhante. As batalhas de Rap que aconteciam na Casa de Detenção que deu origem ao grupo 509-E tendo Dexter e Afro-X como um dos criadores, o livro de memórias do Josenir Prado (Jocenir) que em parceria com o grupo Racionais MC's fez a icônica música “Diário de um Detento”, os desfiles de moda das mulheres trans na Casa de Detenção¹⁴, as peças encenadas pelas mulheres em condição de cárcere na Penitenciária Feminina da Capital na década de 1970 e a etnografia de José Ricardo de Ramalho na Casa de Detenção também na década de 1970.

14 Algumas fotos estão disponíveis em: <https://www.instagram.com/p/B9Rlw23BmQ6/>.

Há muitas formas de expressão que se originaram no sistema prisional paulista e brasileiro e é difícil citar esses trabalhos devido ao risco de não mencionar tantos outros. Com tantas referências que o museu possui disponíveis, poderia facilmente reconstituir as tradições, costumes e as culturas que fizeram parte do sistema prisional paulista. Com uma população carcerária de 231 mil, também não seria difícil encontrar pessoas para construir uma cultura prisional contemporânea. Mas ele opta por demonstrar uma cultura homogênea e cristalizada em apenas um espaço temporal. Muitas dessas expressões que estão ausentes contêm críticas ou mostram uma realidade mais dura do que é apresentada no museu. Por esses motivos, o museu é organizado em vias de invisibilizar outras vivências e ressaltar a tutela do Estado em contraposição a uma cultura dita perigosa e que necessita de intervenções. O museu acaba por evidenciar a si e a SAP e passa uma imagem negativa dos sentenciados, os quais, segundo o museu, são perigosos e toxicômanos.

Mas não é apenas na “cultura prisional” que o MPP prefere seguir a sua ótica. Em questões históricas e acadêmicas enfatiza alguns assuntos e apaga outras. O texto de Debora Massmann (2018) pode auxiliar a entender como o museu faz esse movimento. Se referindo ao mesmo museu desta pesquisa, Massmann analisa a função das aspas sobre a palavra “motim” ao se referir ao massacre do Carandiru. A aplicação das aspas exige a responsabilidade do museu por usar certos termos, pois agrega um sentido de subjetividade e inconclusão. Para ela, as aspas delimitam uma fronteira entre o discurso institucionalizado do museu frente a um discurso externo distinto. “Essas aspas chancelam o elo discursivos entre o dito, não-dito e a-se-dizer (ou a se interpretar), ou melhor, entre o discurso do museu e em sua relação com a exterioridade” (MASSMANN, 2018, p. 539). A escolha da palavra “motim” ao invés de “massacre” indica o apagamento dos fatos históricos e pode ser compreendido como uma manifestação de detentos contra a autoridade penitenciária. Assim, considerando o espaço como um forte disseminador de verdades, o museu produz uma memória institucionalizada e autoritária. (MASSMANN, 2018). Além de “motim” há outras palavras que são empregadas com o uso de aspas. Os termos “criminoso nato” e “biótipo criminoso” são igualmente usados com aspas. No caso de “corrente científica” corroborando para o que aponta Massmann. Podemos debater se as teorias de Lombroso e Nina, considerando todos os seus erros epistemológicos e oriundos de um preconceito, podem ser realmente ser considerados de fato uma corrente científica. Contudo, o museu exprime um sentido seu de subjetividade passando uma visão que legitima Lombroso e Nina Rodrigues sem as suas merecidas contextualizações. No caso de “criminoso nato” pode dar a entender que existem de fato pessoas que nascem com a índole para o crime, mas, novamente, também exprime que há algo a mais a ser explicado e no caso não acontece.

Entretanto, a noção de inconclusão não é apenas desempenhada pelas aspas. Como dito anteriormente, o museu foi criado devido às exigências da biotipologia. É plausível que em suas exposições tenham esse conteúdo devido à ligação histórica. Entretanto, quando diz sobre as correntes científicas e jurídicas que formularam os modelos de prisão o MPP enfatiza, de forma saudosista e atualizada, às teorias de Lombroso e os biode-terministas – por exemplo, com o trecho supracitado: hoje se diria: questão de DNA! Mas os antropólogos da Escola de Chicago que, de acordo com o museu, foram os que combateram e invalidaram a Escola Positivista, possuem apenas uma breve citação e não aprofunda para outros críticos. Também há outras noções sobre o sistema carcerário e o crime que não são contempladas no museu. Durkheim (2012) - contemporâneo de Lombroso - em “As Regras do Método Sociológico”, escrito em 1895, já concluía que as noções que levam ao crime variam de determinada sociedade em espaço e tempo definidos. As obras de Michel Foucault (2014, 1999), sendo algumas citadas nesse texto, são referências para estudos de prisões. Os estudos de Foucault são extensos e trazem uma perspectiva diferente da do museu. Não há, contudo, nenhuma menção no museu a esse autor.

Outra autora que vale um pequeno ensejo é Angela Davis (2018), pois toca em um assunto muito discutido no museu: o trabalho. O seu trabalho é baseado em dados e acontecimentos norte-americanos, entretanto, é capaz de trazer reflexões sobre os casos brasileiros e também para o que é exposto no MPP. Ela relaciona as prisões como uma extensão da escravidão e para justificar essa ideia ela relata o avanço da ideologia neoliberal com as conquistas dos direitos civis da comunidade negra estadunidense na década de 60. Quando a população negra obteve o avanço de seus direitos, concomitantemente, houve políticas de guerras às drogas e a perda de direitos oriundos do pensamento neoliberal que foca em um estado mínimo voltado aos interesses do mercado. Com isso as populações marginalizadas, muitas vezes, acabam por ter o único meio de sustento empregos ilegais como o comércio de drogas. Consequentemente, cresce a população privada de liberdade e a construção de grandes complexos prisionais nos Estados Unidos durante a década de 70 e 80. O encarceramento em massa proporciona um número gigantesco de mão de obra barata, corpos domesticados através da força exercida pelo estado e sem direitos que permitem algum tipo de reivindicação por parte dos presos, sendo assim, tornam-se alvos fáceis a serem explorados pelas instituições públicas e privadas características semelhante ao período da escravidão (DAVIS. 2018). Em São Paulo, a população negra corresponde a 28%¹⁵ da população, enquanto a população negra privada de liberdade no mesmo estado é de 56%¹⁶. No MPP a remuneração não é discutida em nenhum

15 Dados do IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403>. Acesso em: 01 fev. 2021.

16 Dados do Infopen. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNzFmYWMyODItNDg1MS00NzM5LWE3NDktZDI4ZTRkNTI1YzE3>. Acesso em: 01 fev. 2021.

momento histórico como também dados sobre a composição da população carcerária paulista e o aumento dos privados de liberdade de acordo com os anos¹⁷.

Davis (2018) também cria o termo complexo industrial-prisional que ilustra como as prisões podem favorecer o mercado. Onde uma prisão se instala muda toda a população local, pois necessita de uma grande mão de obra para o manejo dela. Para sustentar uma prisão é necessária uma grande quantidade de comida, roupa e produtos de limpeza. Especulação imobiliária, construção civil, indústria farmacêutica e indústria bélica, todos veem nas prisões grandes oportunidades para potencialização de seus lucros, o que torna políticas sociais um obstáculo para o crescimento e perpetuação do complexo industrial-prisional. É tão caro esse tema que o coordenador do museu criou o Blog “penitenciária pra quê?” para incentivar prefeitos de cidades do interior de São Paulo a construir complexos prisionais em suas cidades. Não é à toa também que o museu resalta as suas inovações tecnológicas.

Entretanto, apesar de haver tantas outras linhas de pensamento sobre o tema, através de Lombroso e a biotipologia, o MPP reforça uma visão que as prisões são necessárias devido ao caráter biológico e inato de certas pessoas para cometerem crimes, se ausentando de soluções que fogem do espectro violação e punição. Esse *modus operandi* da SAP precisa do “criminoso” como uma categoria sólida, pois sem ele ou como uma categoria maleável, a sua existência não tem sustento ou é permeável a críticas.

O último painel do museu consegue exprimir uma síntese de todo o museu. É possível fazer um paralelo com a conclusão do MPP e uma exposição que Anne McClintock (2010) discorre. McClintock relata uma exposição pós-colonial intitulada “Estado Híbrido”. O primeiro cômodo força a pessoa a ficar em uma posição mais arqueada e uma palavra grafada em branca propõe o avanço: colonialismo. Esta sala é escura e logo após há uma grande porta que convida para a próxima. A pessoa volta a ficar ereta nessa nova sala iluminada em que está escrito pós-colonialismo. O que intriga não é a exposição em si, mas a ideia que ela transmite. Narrar os acontecimentos coloniais em um tempo histórico linear mascara os efeitos que o colonialismo ainda tem no presente. A palavra “pós-colonialismo” gera uma ideia de que os eventos históricos oriundos do colonialismo são anteriores ao tempo hodierno e não possuem mais efeitos no presente. Segundo ela, “em torno do eixo temporal-pós-colonial torna-se mais fácil não ver e, portanto, não teorizar, as continuidades nos desequilíbrios internacionais em termos de poder imperial” (McCLINTOCK, 2010, p. 33).

Podemos ver um sentido semelhante contido no último painel do museu. É nesse painel que se encontra a frase: com este fato – o massacre do Carandiru - o sistema peniten-

17 A população carcerária brasileira e também, nesse caso, a paulista houve um aumento singular a partir da década de 1990, justamente quando a SAP é criada.

ciário se propôs a iniciar uma nova fase, utilizando unidades menores, construídas no interior do estado de São Paulo, onde se almeja mais segurança e presos trabalhando. Semelhante com o efeito da palavra pós-colonial, o MPP termina suas exposições escondendo as mortes que ocorrem nos presídios nos dias atuais, a superlotação das celas e, em suma, as vivências dos privados de liberdade e suas reivindicações como se todos esses problemas fossem solucionados pelo trabalho. Em conclusão, o MPP ao invés de gerar outra visão sobre o crime e as pessoas privadas de liberdade ele reforça uma visão institucionalizada a qual as pessoas que sobrevivem nesses ambientes não possuem voz e são marcadas por categorias nocivas.

4 Considerações finais

A história que o MPP possui é potente para o simbólico quarteirão e também para a cidade de São Paulo. Através dela é possível entender como as técnicas da Escola Positivista se instalaram nas prisões paulistas durante o século XIX e de qual forma foram utilizadas no decorrer dos quarenta anos que o Instituto de Biotipologia Criminal perdurou. É interessante também que no decorrer da existência do museu houve disputas entre as formas de se entender e aplicar a pena no estado. O MPP, contudo, prioriza uma narrativa em que valoriza os cânones da antropologia criminal sem realmente relatar as peculiaridades do IBC e não faz uma contextualização sócio-histórica dessa corrente e muito menos dos seus efeitos que possuem atualmente¹⁸.

Muitos privados de liberdade foram estudados pelo IBC e as suas fichas estão armazenadas no arquivo do museu. Essas histórias contidas nos documentos poderiam ser integradas em suas exposições, com a intenção de aproximar as pessoas que passaram por essa instituição e não apenas evidenciar aquelas do alto escalão administrativo. Os sobreviventes do cárcere presos ou aqueles que egressaram, todavia, também não participam de forma direta na composição do museu. Suas vivências são contadas a partir do ponto de vista do órgão que os administra, o que acarreta uma narrativa única e excluyente da dita “cultura prisional”.

Por fim, o MPP adquire uma posição de enaltecer alguns acontecimentos para favorecer a imagem da SAP. As exposições do museu resultam em relações desiguais de poder entre o estado com as pessoas privadas de liberdade e a acontecimentos que marcaram a história prisional de São Paulo. Além do mais, no decorrer de suas exposições é encontrado o discurso de que, devido a SAP, os problemas se solucionaram. Portanto, o MPP cumpre mais para uma função publicitária para a SAP e de seus órgãos subjacentes.

18 Como os resquícios da Escola Positivista no Código Penal de 1940, o qual ainda está em vigor (FRY; CARRARA, 1986).

FINANCIAMENTO:

Pesquisa realizada com o financiamento do Fundo de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão (FAEPEX), por meio da bolsa de iniciação científica. Processo 2713/19.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ Marcos César, SALLA Fernando, ALVES Kelly Ludkiewicz. Medicina legal, criminologia e punição: aspectos da trajetória intelectual e profissional de Flaminio Fávero (1895-1982). **Saúde, Ética & Justiça**. v. 17, n. 2, p. 57-65, 2012.

ANDRADE, Bruna Soares Angotti Batista de. **Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus**: o surgimento das prisões femininas no Brasil. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CLIFFORD, James. Museus como zonas de contato. **Periódicos Permanentes**, n. 6, 2016.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Edipro, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975 - 1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento das prisões. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço urbano e criminalidade**: lições da Escola de Chicago. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

FRY, Peter; CARRARA, Sérgio. As vicissitudes do liberalismo no direito penal brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 1, p. 48-54, 1986.

GOULD, Stephen. **A falsa medida do homem**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

MASSMANN, Débora. Versões controversas na leitura de arquivos: o Museu Penitenciário Paulista. **RUA**, v. 24, n. 2, p. 525-541, 2018.

PADOVANI, Natália C. **Sobre casos e casamentos**: afetos e amores através das penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo**: 1822 – 1940. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2006.

SALLA, Fernando. Rebelião na Ilha Anchieta em 1952 e a primeira grande crise na segurança pública paulista. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 8, n. 4, p. 633-658, 2015.

SÃO PAULO. Palácio do Governo do Estado de São Paulo. Decreto N. 10.773, de 11 de dezembro de 1939. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1939/decreto-10773-11.12.1939.html>.

SÃO PAULO. Palácio do Governo do Estado de São Paulo. Decreto N. 12.439, de 29 de dezembro de 1941. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1941/decreto.lei-12439-29.12.1941.html>.

SÃO PAULO. Gabinete do Governador. Decreto 42446/63, de 9 de setembro de 1963. Aprova o Regulamento do Departamento dos Institutos Penais do Estado e dá outras providências. São Paulo: Imprensa oficial, 1963.

TAMBASCIA, Christiano Key. Constituindo carreira e coleções etnográficas. **R@U: Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 5, n. 1, p. 98-116, 2013.

TEIXEIRA, Alessandra. **Do sujeito de direito ao estado de exceção: o percurso contemporâneo do sistema penitenciário brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Submetido em: 07 abr. 2021

Aprovado em: 26 ago. 2023

27

Verificado por análise de similaridade do Turnitin



“Museu da Secretaria de Administração Penitenciária: uma etnografia das suas exposições”, de autoria de Pietro Ferretti Rocco, está licenciado sob CC BY 4.0.

